



Renan destaca aprovação do PAC, do Fundeb e do pacote antiviolação

## Casa manteve ritmo acelerado, avalia Renan

Média do número de deliberações é maior do que em 2005, diz presidente do Senado.

## SENADO APROVOU NO SEMESTRE 523 MATÉRIAS

Em 57 sessões deliberativas ordinárias no primeiro semestre, senadores conseguiram vencer as constantes obstruções da pauta por medidas provisórias.

Página 2

Waldemir Barreto



O Senado Federal retoma suas atividades em 1º de agosto

## Congresso entra em recesso

Comissão Representativa responde por atividades.

# Audidores depõem em CPI e apontam indícios de irregularidades na Infraero

Projetos básicos malfeitos e brechas na legislação são apontados por secretário de Fiscalização de Obras do TCU como o “calcanhar-de-aquiles” das obras executadas em aeroportos do país. Investigações serão retomadas em agosto. **Página 3**

## Projeto das ZPEs pode ser sancionado já

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, anunciou ontem que o presidente Lula poderá sancionar ainda esta semana o projeto que cria as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Alguns dispositivos devem ser vetados. **Página 8**

## Papaléo cobra providência contra remédio falso

Medicamentos para tratar disfunção erétil, câncer e Aids estão entre os mais falsificados, segundo Papaléo Paes, que cobra providências do governo federal. **Página 8**



Tião Viana (C) anuncia decisão; a seu lado, Flexa Ribeiro (E), Papaléo Paes, Efraim Moraes, César Borges e Gerson Camata

## Mesa solicita à Polícia Federal perícia em documentação

A Mesa do Senado decidiu ontem, por unanimidade, encaminhar solicitação do Conselho de Ética para que se realize perícia adicional nos documentos entregues pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Conforme o pedido, 30 quesitos deverão orientar a análise da Polícia Federal.

Um dos relatores do processo, o senador Renato Casagrande disse que o relatório poderá estar pronto para votação até 20 de agosto. Renan afirmou que a decisão da Mesa é democrática e que ele está preparado para continuar apresentando provas de sua inocência. **Páginas 6 e 7**

## Gim Argello assume vaga de Roriz

Primeiro suplente de Joaquim Roriz, que renunciou, Gim Argello assumiu o cargo de senador pelo Distrito Federal. O PSOL protocolou representação para verificar suposta quebra de decoro por Gim. **Página 5**



Gim Argello (foto), questionado por Arthur Virgílio, diz que vai provar sua inocência

Alterações na lei que criou as ZPEs, pacote antiviolação, medidas provisórias que integram o PAC e regulamentação do Fundeb estão entre as propostas examinadas

## Em 57 sessões, senadores aprovaram 523 matérias

O Senado votou neste semestre 564 matérias e aprovou 523, entre elas o projeto (PLS 146/96) que promove alterações na lei de criação das zonas de processamento de exportação (ZPEs), o pacote antiviolação e medidas provisórias que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O balanço refere-se ao período de 1º de fevereiro a 17 de julho.

Em 57 sessões deliberativas, foram acolhidas 36 MPs, sendo 13 por meio de projeto de lei de conversão e enviadas à sanção, 17 aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação e seis com alteração e devolvidas à Câmara dos Deputados. Foram acolhidos ainda e enviados à sanção 11 projetos. Outros 90 foram aprovados e encaminhados à Câmara. Também foram aprovadas 143 concessões de telecomunicações.

### PAC

Dentre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento, os senadores discutiram e aprovaram o PLV 11/07, proveniente da MP 352/07, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e um programa similar para a indústria de equipamentos de TV digital.

Na lista do semestre constam ainda o PLV 08/07, que criou o Fundo de Investimentos em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE); o PLV 12/07, que corrigiu a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até



Parte das 57 sessões deliberativas do Plenário foi dedicada à aprovação de MPs

2010; e o PLV 04/07, que modificou dispositivos relacionados a imóveis da União para facilitar a regularização de assentamentos ou à moradia para famílias de baixa renda.

O Senado acatou também projeto (PLV 29/06) que proibiu a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas e em áreas de unidades de conservação. Em relação à questão de gênero, foi aprovado o substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 12/00) que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família, as quais passarão a ter acesso a modalidades dos programas habitacionais.

O Plenário aprovou diversas matérias de interesse social, entre elas a MP 326/07, que reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 380, a partir de 1º de abril.

Na área de saúde foi aprovado projeto do senador Romeu Tuma

(DEM-SP), que trata de pneumopatias. Pela proposição (PLS 37/06), portadores de enfisema pulmonar grave poderão ser isentos do pagamento do Imposto de Renda sobre proventos, aposentadoria ou reforma.

### Segurança pública

Os senadores acolheram ainda proposições alterando as normas de sistema carcerário para facilitar as ações de investigações contra o crime organizado e outras voltadas para coibir a violência no dia-a-dia. Nesse sentido, o senador César Borges (DEM-BA) viu aprovado seu projeto que transforma em falta grave a utilização do telefone celular por presidiários.

Outra matéria, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), introduz na legislação penal brasileira o monitoramento eletrônico dos condenados e dos presos provisórios em liberdade, por meio de pulseiras.

## Renan faz balanço das atividades e elogia produção legislativa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez ontem pronunciamento tendo como foco, principalmente, a produção legislativa da Casa no primeiro semestre. Renan iniciou sua fala enfatizando o respeito que tem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e rechaçou qualquer avaliação de que seu comportamento diante do processo a que responde no Conselho seja resultado de arrogância ou presunção.

– Quem me conhece sabe que busco o diálogo – frisou o parlamentar, a propósito, ressaltando seu respeito às manifestações da oposição durante a discussão do processo no Conselho de Ética, e seu apreço à liberdade de imprensa.

O senador lembrou que, independentemente do fato, o Senado votou, em 2007, “mesmo num período de turbulência, quase 600 matérias, tendo aprovado 523”.

– Uma média maior de que a de 2005 – disse Renan, ao ressaltar que “graças à maturidade e

responsabilidade dos senadores”, as acusações que sofreu “não interromperam o formidável ritmo de trabalho que o Senado vem mantendo ao longo dos últimos dois anos”.

Renan avaliou que o Senado vive hoje um momento de equilíbrio entre as forças políticas representadas na Casa, sustentando que “isso revela a força da democracia”. Em sua opinião, “o momento exige diálogo permanente para que os impasses nacionais sejam superados” e que se possa “construir um país com bem-estar, emprego e renda”.

Ao destacar matérias aprovadas na Casa no semestre, entre elas as que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o pacote antiviolação, o presidente do Senado lembrou, ainda, que na área de educação foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

## Senado entra em recesso hoje e retoma trabalhos dia 1º de agosto

A partir de hoje o Senado Federal e a Câmara dos Deputados entram em recesso parlamentar por 14 dias. Os trabalhos legislativos serão retomados no dia 1º de agosto. Nesse período, são interrompidos os trabalhos em Plenário, nas comissões, inclusive na Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, e no Conselho de Ética.

Duas medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão (PLVs), além de outras matérias, constam da pauta de votações do Plenário. Entre essas

proposições, está o PLV 19/07, que cria o Instituto Chico Mendes a partir do desmembramento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Também ficou para o segundo semestre o exame do projeto (PLC 43/07), que altera o Supersimples.

Durante o período de recesso, o Congresso Nacional será representado por uma Comissão Representativa composta por sete senadores e 17 deputados federais como titulares e igual número de suplentes.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho e Mão Santa

## Valter Pereira comemora solução de impasse na cidade de Cassilândia

“A ordem jurídica foi restabelecida”, comemorou ontem, no Plenário, o senador Valter Pereira (PMDB-MS), ao se referir à posse do vereador Romão Maiorchini – presidente da câmara municipal –, como prefeito da cidade de Cassilândia (MS). Para o senador, o município está retornando à ordem, pois, conforme ele já havia relatado em dias anteriores, a juíza Jeane de Souza Barbosa Ximenes tinha designado o juiz Silvio César Prado para o cargo de prefeito, que foi ocupado por ele durante alguns dias.

– Deixar de dar posse ao presidente da câmara ou a quem esteja na linha sucessória prevista na Lei Orgânica do Município, a fim de substituir o prefeito e o vice-prefeito, afastados também por decisão dos mesmos magistrados, configurou verdadeiro golpe contra a autonomia do município. Foi exatamente contra isso que me insurgi desta tribuna.

O prefeito e o vice-prefeito de Cassilândia foram afastados por terem sido presos como envolvidos em crimes de fraude, desvio de dinheiro público e agiotagem.

Valter Pereira também pediu atenção das autoridades para



Gerardo Magela

**Ordem foi restabelecida com posse de vereador à frente da prefeitura**

evitar possíveis retaliações contra os que criticaram a decisão da juíza.

### Visita a ACM

Valter Pereira informou ainda ter visitado o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que está internado no Incor de São Paulo.

– A recuperação do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se dá de forma tranqüilizadora, acredito que no segundo semestre ele estará presente entre nós – frisou o senador. Em aparte, Romeu Tuma (DEM-SP) informou que também visitou o colega no hospital e disse que a situação de Antonio Carlos é tranqüila.

## Flexa Ribeiro: Hospital Sarah de Belém funcionará ainda este ano

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comunicou ontem ao Plenário ter recebido informação de que começará a funcionar em novembro próximo o ambulatório do Hospital Sarah Kubitschek de Belém. A obra já estava pronta e dependia de acordo entre os governos federal e estadual e a Associação das Pioneiras Sociais para ser liberada. A associação é responsável pelos hospitais da rede Sarah, especializados em reabilitação motora.

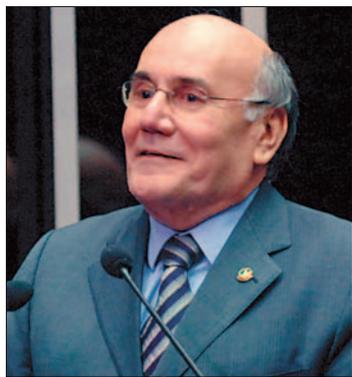
O senador cumprimentou o Ministério Público Federal do Pará e a Procuradoria Geral da República em Belém por sua participação nas negociações, lembrando que ele próprio esteve várias vezes no Ministério da Saúde, em Brasília, para tentar um acerto.

Flexa Ribeiro informou ainda que o governo estadual decidiu colocar em funcionamento três hospitais regionais do Pará, que vão beneficiar as populações próximas das cidades de Redenção, Santarém e Altamira.

Ele também comunicou ao Plenário que o ministro das Cidades, Márcio Fortes, concordou com a

idéia contida em um projeto de lei de sua iniciativa, em tramitação na Câmara dos Deputados, que prorroga até o fim deste ano a exigência de que as prefeituras tenham plano diretor urbano. O prazo terminou em dezembro passado, prejudicando “mais de mil prefeituras”, conforme o parlamentar.

O projeto já foi aprovado pelos senadores, mas está parado na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. O ministro, segundo Flexa Ribeiro, prometeu negociar com o relator da matéria, deputado João Leão (PP-BA).



Gerardo Magela

**Flexa Ribeiro destaca esforço do Ministério Público em negociações**

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, analista afirma que os problemas em obras de aeroportos no país decorrem de projetos malfeitos e brechas na legislação

## TCU encontra “fortes indícios de irregularidades” na Infraero

Ao depor ontem na CPI do Apagão Aéreo do Senado, quatro analistas do Tribunal de Contas da União (TCU) informaram que foram encontrados “fortes indícios de irregularidades” em obras da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) realizadas em aeroportos de todo o país.

O tribunal conseguiu agir preventivamente em uma dessas obras e diminuiu em R\$ 100 milhões o valor previsto no edital, de acordo com o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, o analista Cláudio Sarian Altounian. As investigações do TCU, no entanto, ainda não estão concluídas.

Ele afirmou que o “calcanhar-de-aquiles” das obras executadas atualmente no país são projetos básicos malfeitos e brechas na legislação que permitem à própria empreiteira que fez o projeto básico executar a obra. Essa situação

é “muito danosa à administração pública”, observou.

O primeiro grande problema encontrado pelo TCU na Infraero, de acordo com Cláudio Altounian, foi em 2005, quando a corte identificou que os custos das obras a cargo da empresa eram apontados como “despesa em patrimônio da União” e por isso não apareciam no Orçamento. O analista explicou que esse procedimento modificava a necessidade de prestação de contas desses recursos ao tribunal. Mas, a partir de 2006, as obras voltaram a ser incluídas no Orçamento da União, disse.

### Falhas

Entre esses problemas, o especialista listou falhas em projeto básico, ausência de estudo de viabilidade, falta de detalhamento adequado de custo, ausência de pesquisa de preço e aglutinação de planilhas de diversas etapas da obra em uma única planilha.

Altounian informou que, na maioria das vezes, a Infraero justificava o fato de usar insumos mais caros apenas por se tratar de uma obra em um aeroporto. O analista salientou que essas “justificativas genéricas” não são aceitas pelo TCU. Caso essa necessidade de custos maiores fosse justificada com documentos, não haveria problemas, afirmou. Porém, isso não era feito pela estatal, que chegou a levar cinco meses para defender-se em processos do tribunal, quando o prazo usual é de 15 dias, informou ainda.

Outro analista do TCU, Jorge Pereira de Macedo, destacou que o tribunal verificou problemas semelhantes nas obras de vários aeroportos do país.

Também prestaram depoimento ontem à comissão parlamentar de inquérito os analistas Carlos Sebastião Costa e Elizeu Groskops Schlottseldt Júnior.



Lindomar Cruz

**Demostenes Torres e Tião Viana (segundo e terceiros à esquerda) ouvem depoimento de analistas de Finanças e Controle Externo do TCU**

## Relator pede ação do governo para sanar problemas

Segundo o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a má qualidade dos projetos leva a sucessivas reformulações e aditamentos no valor total da obra. Ele confirmou junto aos especialistas do TCU que os mesmos funcionários da Infraero, especialmente o então presidente, Carlos Wilson, respondem como responsáveis nos processos sobre obras da empresa em análise. O parlamentar disse que as investigações vêm demonstrando os mesmos problemas em todas as obras, as mesmas justificativas da Infraero e envolvimento dos mesmos servidores.

Em entrevista à imprensa, após a reunião da CPI, Demostenes reafirmou que havia “um sistema” na Infraero que produzia contratos irregulares, com problemas de sobrepreço, superfaturamento e pré-qualificação de empresas. Salientou que muitos dos responsáveis por essas irregularidades continuam trabalhando na Infraero e pediu que o governo federal aja para solucionar a questão.

Demostenes anunciou que a CPI deve voltar a reunir-se na primeira semana de agosto, depois do recesso, para continuar a investigação das denúncias e votar quebra de sigilos bancário, fiscal

e telefônico dos envolvidos.

Também em entrevista, o secretário do TCU Cláudio Altounian assegurou que o tribunal vem dando prioridade aos processos em que foram detectados “indícios fortes de irregularidades” na Infraero. Explicou que a demora na análise desses casos é provocada inclusive pela própria empresa, que chega a levar cinco meses para apresentar defesa, quando o prazo usual é de 15 dias.

Altounian destacou, no entanto, que os processos não estão julgados e que o tribunal ainda não determinou a paralisação de nenhuma obra.

Líder do Democratas afirma que a Casa teve desempenho aquém do esperado no primeiro semestre, e que em agosto os esforços serão concentrados para aperfeiçoar a Lei do Supersimples

## Agripino diz que Senado deixou de aprovar matérias importantes

De acordo com o líder do DEM, José Agripino (RN), “o Senado teve um desempenho aquém do esperado no primeiro semestre deste ano, deixando de aprovar matérias de importância para o país”, como mudanças na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e um acordo em torno do veto presidencial à Emenda 3 ao projeto da Receita Federal do Brasil (Super-Receita). A emenda dispõe sobre contratação de pessoa física como pessoa jurídica.

– Ficamos ocupados com o entupimento da pauta com medidas provisórias e nos ocupamos mais do que seria recomendável com investigações de padrão ético. Terminamos o semestre com carga de preocupação grande que vai atravessar o recesso – afirmou, acrescentando que em agosto as lideranças partidárias deverão mobilizar esforços na votação de



Célio Azevedo

Agripino saúda Mesa pelo pedido de conclusão de perícia feito à Polícia Federal

mudanças que aperfeiçoam a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado, essa lei só deve ser implementada no segundo semestre deste ano, por solicitação da Receita Federal, que pediu prazo para adaptar

o sistema.

No último dia 11, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto (PLC 43/07), que altera a lei, definindo que as empresas integrantes do antigo Simples Federal, extinto no último 1º de julho, possam migrar para o Supersimples, que também é um regime especial de tributação.

Em seu discurso, José Agripino também saudou a atuação do senador Tião Viana (PT-AC), que comandou ontem reunião da Mesa em que, por decisão unânime, foi aprovado pedido para que a Polícia Federal conclua perícia nos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Os documentos foram entregues por Renan em sua defesa no processo que enfrenta no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

## Para Heráclito, semestre termina sem que se tenha o que comemorar

O semestre termina, na opinião de Heráclito Fortes (DEM-PI), sem que se tenha o que comemorar. Ele disse que “os corredores do Senado estão tomados por servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) que tentam sobreviver, enquanto o governo quer implantar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para contratar servidores sem estabilidade”.

– A única alegria é ver o senador [Epitácio] Cafeteira (PTB-MA) de volta e recuperado – afirmou.

Heráclito assinalou que o Senado enfrenta crises envolvendo senadores, mas o que está travan-

do o Congresso é a edição exagerada de medidas provisórias pelo presidente Lula. Ele ressaltou que o Executivo tem o “poder da máquina e produz propagandas milionárias para subjugar os veículos de comunicação”.

– Na semana passada, caminhões da GTech, empresa envolvida no mensalão, estavam descarregando caixas e mais caixas no Palácio do Planalto, num sinal de que os alopados estão voltando.

O senador disse ainda que as vaías dirigidas ao presidente na abertura dos Jogos Panamericanos poderão ter um caráter pedagógico, caso Lula assuma



Genálio Magalhães

Heráclito: corredores estão tomados por servidores do Ibama tentando sobreviver

uma postura mais humilde e se proponha a analisar mais profundamente “o grito que saiu do Maracanã”.

Heráclito sugeriu que Lula faça um levantamento dos erros e acertos cometidos pelo seu governo, reflita e “faça suas promessas realmente acontecerem”.

## Congresso é fruto da democracia, afirma Mão Santa

A democracia é uma conquista da Humanidade, e o Senado é uma das instituições mais bem construídas e inspiradas desse sistema político, afirmou Mão Santa (PMDB-PI). Ele avaliou que a instituição Senado “nunca faltou ao Brasil”.

– Este Senado, nos seus 183



Genálio Magalhães

Para Mão Santa, o Parlamento é a Casa dos grandes debates e do entendimento

anos, é um dos melhores da história desta República! Eu só sei de um lugar onde não tem

problema: é no cemitério. Muitas vezes foi o Congresso suspenso, invadido; foram presos e cassados muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui ficasse, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da nação – afirmou.

O senador disse ainda que o Congresso não é Casa de radicalismos, de insegurança. “O Congresso é a Casa dos grandes debates e do entendimento. O Congresso busca a justiça.”

## Augusto vê no recesso oportunidade para ouvir a população nos estados

O recesso parlamentar que começa hoje e termina em 31 de julho representa, segundo Augusto Botelho (PT-RR), uma oportunidade que os senadores e deputados têm para sentir, em seus estados, as expectativas e anseios da população, “para ouvir e refletir sobre o que seus representados almejam”.

Em seu discurso de ontem, o senador também cumprimentou a Convenção Batista Nacional pelos seus 40 anos e pela realização de sua 24ª Assembléia, em Brasília, de 25 a 27 deste mês.

– Ao mesmo tempo será realizado o 14º Congresso da Juventude Batista Nacional. No encontro, as lideranças batistas estarão



Roosevelt Pinheiro

Augusto cumprimenta a Convenção Batista Nacional pelos seus 40 anos

refletindo especialmente sobre os valores da família, uma discussão relevante e que não está isolada das grandes questões com que hoje nos debatemos no Congresso – observou Augusto.

## Serys defende maior participação feminina em cargos de destaque

O aumento da participação das mulheres em cargos de destaque na iniciativa privada, no serviço público e na política foi destacado por Serys Shessarenko (PT-MT). A senadora, no entanto, ressaltou que essa participação ainda não é suficiente, já que, em sua opinião, as mulheres deveriam ocupar a metade de todos os cargos.

Serys conclamou as mulheres a se engajarem na política, fazendo campanhas por si próprias e não apenas integrando a militância dos partidos. Ela enalteceu as dez mulheres que ocupam mandato no Senado, e elogiou o trabalho das ministras Dilma Rousseff, da Casa Civil; Marina Silva, do Meio Ambiente, e Marta Suplicy, do Turismo; e das secretárias Matilde Ribeiro, de Políticas da Promoção da Igualdade Racial e Nilcéia Freire, de Políticas para as



Genálio Magalhães

Serys conclama as mulheres a fazerem campanhas políticas por si próprias

Mulheres. Na iniciativa privada, a senadora lembrou Maria Sílvia Bastos Marques, que preside a seguradora Icatu Hartford.

Serys também anunciou que Mato Grosso deverá receber, no Programa de Aceleração do Crescimento, aproximadamente R\$ 600 milhões em investimentos em saneamento básico, especialmente para o Programa Pantanal.

## Sessões especiais homenagearão Oscar Niemeyer e Assis Brasil

Em data ainda a ser marcada no segundo semestre, o Senado homenageará com sessões especiais o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, e o sesquicentenário do advogado, político, poeta e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Niemeyer foi um dos idealizadores de Brasília e é autor de projetos como o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, o conjunto do Ibirapuera e o edifício Copan, em São Paulo.

Assis Brasil foi ferrenho defensor da República, fundador do Partido Libertador, deputado e membro da Junta Governativa do Rio Grande do Sul em 1891.

Também estão programadas homenagens aos 110 anos da Academia Brasileira de Letras; ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, em 21 de setembro; e ao Dia Nacional da Consciência Negra, juntamente com o Dia de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro.

Gim Argello diz que não gostaria de ser prejudicado; Virgílio exige explicações; corregedor afirma que cumprirá obrigação; PSOL faz representação

## “Vou mostrar que nada devo”, diz Gim ao assumir no Senado

Primeiro suplente de Joaquim Roriz (PMDB-DF), que renunciou ao mandato de senador, tomou posse no Senado, na tarde de ontem, Gim Argello, presidente do PTB do Distrito Federal. Questionado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), Gim afirmou que pretende fazer discurso em outra oportunidade para explicar as acusações que vem sofrendo.

– Vou mostrar que nada devo. Eu não gostaria de ser prejudicado. Vou provar que sou inocente – disse Gim, depois de empossado, em sessão presidida por Tião Viana (PT-AC).

Bacharel em Direito por uma faculdade particular de Goiás (Fiplac), empresário, 44 anos, Gim Argello nasceu em São Vicente (SP). Mudou-se ainda criança para Taguatinga, a principal cidade-satélite do Distrito Federal. É casado e tem dois filhos.

Gim Argello já administrou empresas, foi por vários anos corretor de imóveis e integra o Creci – conselho regional da categoria. Ingressou na política há 23 anos, participando inclu-



Gim Argello (à frente de Mão Santa e João Pedro) promete discurso para provar inocência

sive da fundação do PFL local. Foi eleito deputado distrital pela primeira vez em 1998, sendo reconduzido ao cargo no pleito seguinte. Ocupou a presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal entre 2001 e 2002 e a vice-presidência nos períodos de 1999/2000 e 2003/2004.

Em março de 2005, filiou-se ao PTB e se tornou presidente regional da legenda. No mesmo mês, assumiu a Secretaria do Trabalho do governo Joaquim Roriz. Gim é também o quarto vice-presidente nacional do PTB. Ele tem como suplente o engenheiro Marcos de Almeida Castro.

### Virgílio cobra explicações de novo senador

Cumprindo promessa que havia feito momentos antes, Arthur Virgílio cobrou explicações do recém-empossado senador Gim Argello sobre as acusações e processo a que responde na Justiça. Virgílio listou cinco inquéritos judiciais a que Gim responde, inclusive o que foi gerado a partir de uma gravação em vídeo de confissão de esquema de grilagem de terras públicas, envolvendo 300 lotes do Condomínio Alto da Boa Vista, feita pelo ex-deputado distrital Odilon Aires.

– Vossa Excelência vai lidar comigo de maneira frontal e deveria se dirigir à tribuna para responder imediatamente a essas acusações – disse Virgílio.

Gim Argello limitou-se a afirmar que, no momento oportuno, vai provar sua inocência em todas as acusações, ponto por ponto. “Só não gostaria de ser prejudicado”, concluiu.

### Tuma afirma que não fugirá à sua responsabilidade como corregedor

O corregedor do Senado, Romeu Tuma, requereu as notas taquigráficas do discurso de Arthur Virgílio cobrando explicações de Gim Argello sobre denúncias de irregularidades praticadas na Câmara Legislativa do DF. Tuma disse estar cumprindo com sua obrigação como corregedor e afirmou pedir a Deus, em suas orações diárias, “ajuda para nunca cometer injustiças”.

– Tenho a consciência tranquila e não recuo diante de um desafio exigido pela sociedade.

Depois de assegurar que não irá fugir à responsabilidade como corregedor da Casa e citar frase de Che Guevara – “Há que endurecer, porém sem perder a ternura” –, Tuma leu o artigo “Reconstruir a Base Ética”, publicado pelo arcebispo dom Odilo Scherer no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ao longo do texto lido pelo senador, o religioso diz que o enfrentamento dos episódios de



Romeu Tuma requer cópia do discurso do líder tucano

corrupção no país passa por uma reforma política e pelo aprimoramento do regime democrático. Também defende a criação de mecanismos legais mais eficazes para inibir comportamentos desonestos. Mas, na opinião do arcebispo, o mais grave seria o embotamento da consciência moral do país, o que exigiria a urgente reconstrução da base ética e moral da convivência humana.

### PSOL entrega à Mesa representação contra senador recém-empossado

O PSOL protocolou na tarde de ontem, junto à Secretaria Geral da Mesa, uma representação para verificação de suposta quebra de decoro parlamentar pelo senador Gim Argello, empossado no cargo no mesmo dia.

A entrega do documento pela ex-senadora Heloísa Helena, presidente do partido, foi acompanhada por José Nery (PSOL-PA) e por deputados federais do PSOL.

– É estranho Roriz ter renunciado e outra pessoa, envolvida na mesma denúncia, continuar no Senado. Esperamos que a representação seja acolhida pela Mesa, remetida ao Conselho de Ética, e instalado o devido processo investigatório – afirmou Nery.

Na representação, o PSOL solicita que seja apurada a suposta participação de Gim Argello na Operação Aquarela – por meio da qual a Polícia Civil do Distrito Federal e o Ministério Público Fe-

deral apuram o desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB). O partido também solicita a tomada de depoimentos do presidente do Conselho de Administração da Gol Transportes Aéreos, Constantino de Oliveira; do ex-presidente do Banco de Brasília Tarcísio Franklin de Moura; do ex-assessor de Joaquim Roriz, Valério Neves Campos; e do major da Aeronáutica Fabrício Ribeiro dos Santos.

Antes da posse de Gim Argello, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), reiterara que o juiz Roberval Belinati, da 1ª Vara Criminal do DF – responsável pelo processo resultante da Operação Aquarela –, pretendia enviar a documentação sobre Gim Argello ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso a posse viesse a ocorrer. Tuma disse que o juiz poderá ainda encaminhar os dados à Corregedoria da Casa se os documentos forem requisitados pelo órgão.



Heloísa Helena, entre Nery e a deputada Luciana Genro, protocola documento

### José Maranhão lamenta ausência da Paraíba nos leilões da ANP

José Maranhão (PMDB-PB) lamentou o fato de a Bacia do Rio do Peixe, no município paraibano de Souza, não fazer parte do bloco de lotes da 9ª Rodada de Leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O senador disse que “nem mesmo a confirmação da existência do chamado óleo fino (petróleo de alta qualidade) foi suficiente para que a ANP e a Petrobras tomassem a decisão de efetivar a sua exploração, que vem sendo retardada”. Maranhão relatou que “a região era a Meca da produção de algodão de fibra longa, mas a praga do bicudo inviabilizou a cultura”.

– A simples descoberta, em



Maranhão quer a exploração efetiva de petróleo na Bacia do Rio do Peixe

2003, da jazida de petróleo, fez o orçamento fiscal de Souza crescer 166%. Mas esse surto de crescimento, decorrente da expectativa positiva, só se concretizará com a exploração efetiva do petróleo – declarou.

Por unanimidade, integrantes da Mesa solicitam investigação para embasar processo por quebra de decoro parlamentar contra presidente do Senado

Gerardo Magela



Tião Viana (C) anuncia decisão da Mesa, ao lado de Magno Malta (E), Papaléo Paes, Efraim Morais e César Borges

## Mesa solicita perícia adicional nos documentos de Renan

A Mesa do Senado acatou ontem a solicitação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa para que se encaminhe à Polícia Federal o pedido de perícias adicionais em documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Tião Viana (PT-AC), que presidiu a reunião da Mesa, anunciou que iria entregar esse pedido ao Ministério da Justiça, a quem a Polícia Federal está subordinada.

– É a decisão que nós esperamos – declarou o senador José Nery (PSOL-PA), cujo partido é o autor da representação contra Renan, acusado de ter despesas pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

Segundo Tião Viana, vice-pre-

sidente do Senado, a decisão da Mesa foi unânime. Ele disse ainda que não houve nenhuma alteração na solicitação apresentada pelo Conselho de Ética nem foi apresentado pedido de vistas durante a reunião.

Questionado sobre a razão do envio do pedido ao Ministério da Justiça, e não diretamente à Polícia Federal (órgão vinculado àquela pasta), Viana respondeu que “o Senado se reporta ao ministro de Estado, e então o ministro, naturalmente, imediatamente determinará o cumprimento da solicitação à Polícia Federal”.

César Borges (DEM-BA) afirmou que a decisão quanto ao encaminhamento “não está nas mãos do ministro da Justiça, pois ele tem a obrigação constitucional

de dar prosseguimento [às investigações] e atender à solicitação do Senado”.

Na reunião de ontem, a Mesa foi composta por Tião Viana, que presidiu a reunião, substituindo Renan Calheiros; e pelos senadores Efraim Morais (DEM-PB); Gerson Camata (PMDB-ES); César Borges; Magno Malta (PR-ES); Papaléo Paes (PSDB-AP); Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Também estiveram presentes, mas sem participar da votação, a presidente nacional do PSOL, Heloísa Helena; o advogado de Renan, Eduardo Ferrão; o senador Wellington Salgado (PMDB-MG); e a deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS).

## Senadores justificam sua decisão

Ao comentar a decisão da Mesa de solicitar à Polícia Federal a continuação da perícia nos documentos de defesa do presidente Renan Calheiros, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais, disse que “foi a decisão correta, exigida regimentalmente e tomada por unanimidade pelos integrantes da Mesa”.

– Não nos caberia tomar qualquer outra decisão, especialmente se considerarmos que os documentos em questão foram fornecidos pelo próprio presidente Renan, em sua defesa. Portanto, a perícia se liga a denúncias de irregularidades nesses documen-

tos e a verdade interessa a todos os senadores e, principalmente, ao presidente, que se diz inocente – argumentou.

Efraim afirmou que, em nenhum momento, o presidente Renan Calheiros lhe telefonou para pedir alguma coisa. Segundo ele, nenhum dos integrantes da Mesa atendeu a ligações em seus celulares.

Na opinião do 4º secretário, senador Magno Malta, a Mesa tomou a decisão correta de fazer prosseguir o processo contra o presidente Renan Calheiros, para verificação de quebra de decoro parlamentar.

– Seria inviável interromper o processo sem lhe dar o encaminhamento correto. A Casa não pode continuar sangrando e perdendo prestígio como está acontecendo neste momento. Urge terminar essas investigações o mais brevemente possível para que o Conselho de Ética, ou o Plenário, julgue o processo de maneira definitiva – ressaltou.

Segundo o 3º secretário, César Borges, a decisão da Mesa não deu prazo para a conclusão da perícia dos documentos pela Polícia Federal. “Não há prazo, nem há pressa da Mesa, é a sociedade que exige presteza.”

## Lista encaminhada ao Ministério da Justiça contém 30 quesitos

A partir de sugestões do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar elaborou uma lista com 30 quesitos que deverão orientar

a perícia da Polícia Federal na documentação apresentada por Renan.

A lista, que agora seguiu ao Ministério da Justiça, foi encaminhada à Mesa pelo Conselho de Ética na última quinta-feira.

### A ÍNTEGRA DO PEDIDO

- 1) São autênticas, válidas ou legítimas as notas fiscais apresentadas?
- 2) As Guias de Transporte de Animais apresentadas são autênticas?
- 3) A quantidade de vacinas de febre aftosa adquiridas é compatível com a quantidade de reses declaradas?
- 4) Há compatibilidade entre os recibos de venda de gado e os depósitos em contas bancárias?
- 5) Os créditos ocorridos nos extratos bancários e descritos nos recibos como oriundos de venda de gado estão respaldados pelas respectivas notas fiscais do produtor?
- 6) É possível afirmar que as notas fiscais do produtor foram contabilizadas ou registradas pelo emitente?
- 7) É possível afirmar que as operações de venda de gado descritas nas notas fiscais do produtor ocorreram efetivamente conforme suas descrições?
- 8) As primeiras vias das notas fiscais do produtor são autênticas?
- 9) As fichas de controle de estoque de gado bovino são compatíveis com a documentação disponível para exame?
- 10) Qual é, a partir das declarações de Imposto de Renda apresentadas, a evolução patrimonial no período de 2002 a 2006?
- 11) Essa evolução patrimonial é compatível com a renda declarada?
- 12) A renda declarada, oriunda de atividade rural, é compatível com as notas fiscais de produtor apresentadas?
- 13) Há compatibilidade entre as informações dos documentos fiscais e os demais documentos analisados?
- 14) Os documentos apresentados para perícia são suficientes para comprovar a capacidade econômico-financeira do Representado para satisfazer os compromissos alimentícios que alega ter honrado?
- 15) É possível afirmar, pelos documentos apresentados, que a quantidade de gado vendida era de propriedade do Representado?
- 16) É possível afirmar, em cotejo com as datas e números das dez notas fiscais anteriores e as dez notas posteriores dos respectivos talonários, que as notas fiscais apresentadas respeitaram a ordem cronológica de emissão – dia, mês e ano?
- 17) É possível afirmar que os documentos apresentados cumpriram todas as indispensáveis formalidades para sua constituição, validade jurídica, fiscal e/ou

administrativa?

18) É possível afirmar que as Guias de Transporte Animal – GTAs e as Notas Fiscais correspondem ao gado bovino vendido?

19) Há relação ou correspondência entre as notas fiscais e as GTAs?

20) As alegadas transações de compra e venda de gado bovino cumpriram todas as formalidades, inclusive perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais?

21) É possível afirmar, com certeza, que os valores das vendas efetuadas refletem a média praticada no mercado de compra e venda de gado no estado e região em que foram vendidos, ou se poderia caracterizar-se algum tipo de superfaturamento?

22) Os documentos de compra de vacina para gado bovino apresentados podem trazer a certeza da quantidade de gado de propriedade do comprador das vacinas?

23) A vacinação e a quantidade de gado bovino do Representado estão formal e tempestivamente registradas na Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado de Alagoas – ADEAL?

24) Há saques em dinheiro ou transferências bancárias das contas do senador Representado coincidentes ou correspondentes aos valores e ao período em que foi beneficiária a sra. Mônica Veloso e/ou sua filha nos alegados pagamentos de despesas ou dispêndios de alimentos?

25) No período que o senador Representado teria arcado com as despesas e haveres alimentícios da sra. Mônica Veloso e/ou de sua filha – de janeiro de 2004 até dezembro de 2006 –, possuía ele em suas contas bancárias recursos suficientes para os pagamentos que alega ter realizado?

26) Os montantes em dinheiro ou crédito oriundos das supostas vendas de gado bovino constam das movimentações bancárias das contas correntes do Representado?

27) As declarações de Imposto de Renda apresentadas pelo Representado em sua defesa são autênticas?

28) Os extratos bancários apresentados pelo Representado são autênticos?

29) Há algum documento materialmente falso apresentado na defesa do Representado? Havendo, qual?

30) Os valores apurados nas vendas de gado mencionadas na defesa foram depositados no Banco do Brasil, na conta bancária do Representado?

Epitácio Cafeteira retoma atividades, Virgílio defende “uma nova ética”, Almeida Lima contesta notícias e Renan diz que decisão da Mesa é democrática

## Senador afirma que está preparado para apresentar provas de inocência

Renan Calheiros, presidente do Senado, afirmou, ao sair do Plenário no fim da tarde de ontem, que a decisão da Mesa, de encaminhar à Polícia Federal o pedido de perícia nos documentos por ele apresentados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi democrática. Ele disse também que está preparado para “continuar apresentando provas de sua inocência”.

– Isso é um caso surrealista. Eu me submeti a fazer a prova contrária, já fiz a prova contrária e se for preciso repetir, nós vamos repetir – disse.

Renan Calheiros reafirmou ainda permanecer à frente dos trabalhos da Casa, “apoiado tanto na legitimidade dos votos” que o reconduziram à presidência, “quanto na certeza de que a licença [da presidência do Senado] significaria compactuar com quem busca condenar sem provas”.



Renan se diz satisfeito “porque o Senado conseguiu manter vigor dos outros anos”

O presidente do Senado reconheceu que a Casa enfrenta um momento de tensão política, mas afirmou não ver isso como uma crise partidária. De acordo com Renan, no entanto, essas tensões não atrapalharam os trabalhos do Senado.

– Eu estou muito satisfeito porque, apesar de tudo, o Senado conseguiu manter o vigor dos outros anos – avaliou.

## Almeida Lima diz que não faltou a nenhuma reunião do conselho

Almeida Lima (PMDB-SE) contestou da tribuna matérias jornalísticas e notícias a seu respeito publicadas nos últimos dias. Ele citou artigo de Fausto Wolff, do *Jornal do Brasil*, por ter afirmado que o senador, um dos três relatores do caso Renan Calheiros, “jamais compareceu” às reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Mesmo antes [de ser relator], e não sendo seu integrante, não faltéi a uma única reunião. Quando passei a integrar o conselho lá estive presente em todas elas, à exceção de uma, que se caracterizava como abusiva e ilegal, tanto que a presidência [do Senado], em questão de ordem levantada por mim, mandou encerrá-la – disse Almeida Lima.

O senador questionou ainda notícia do *Jornal do Commercio*, reproduzindo nota da Agência Estado, onde se menciona que ele, “desde já, insinua que, em nenhuma hipótese, votará pela condenação de Renan”. Almeida Lima sustenta que jamais fez tal insinuação ou declaração, observando que a notícia apresenta uma contradição, logo a seguir, ao informar que o senador “afirma que ainda é cedo para dizer como procederá”.

– Eu disse expressamente que,



Almeida Lima aponta “indignidade” de parte da imprensa ao fazer ilações

apuradas as provas e constatado que o senador recebeu dinheiro da Mendes Júnior, o que até o presente ninguém provou, eu votaria pela cassação do senador. Então, isso aqui é algo vergonhoso. Peço à imprensa que não se comporte dessa maneira. Isto aqui é, sim, falta de decoro, de ética, de respeito à sociedade – assinalou o parlamentar.

Almeida Lima lamentou ainda “a indignidade” de parte da imprensa “ao fazer ilações” de que a licença médica pedida pelo senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), então relator do caso Renan no Conselho de Ética, teria sido “uma desculpa” para se ausentar do processo. Poucos dias depois, Cafeteira foi submetido a uma cirurgia no Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo.

## Casagrande espera votar até dia 20 o relatório sobre Renan

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem à tarde, em entrevista à imprensa, esperar que o resultado da perícia que será feita pela Polícia Federal nos documentos apresentados pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, oriente a elaboração do relatório sobre o caso. Casagrande, que é um dos três relatores do assunto no Conselho de Ética, disse também que o relatório poderá estar pronto para votação até o dia 20 de agosto.

Na avaliação de Casagran-

de, não haverá mais atrasos no andamento do processo, pois a perícia da Polícia Federal deverá ocorrer no recesso do Senado, que começa hoje e se estende até o dia 31 de julho. Nesse período, não haverá reuniões formais do conselho, mas os integrantes do colegiado, de acordo com Renato Casagrande, poderão continuar examinando as informações apresentadas.

– Os membros do Conselho de Ética podem continuar estudando e analisando o processo e com isso não teremos nenhum atraso no cronograma da investigação – afirmou.



Casagrande acredita que não haverá atraso no cronograma de investigação

## Virgílio: acusados têm direito a ampla defesa

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que todos os senadores acusados de irregularidades têm direito a ampla defesa. Ele comentava matérias das revistas *IstoÉ* e *Época*, que enumeram diversos senadores com pendências na Justiça.

Virgílio citou principalmente os senadores do PSDB relacionados nas reportagens, disse que o partido acredita na inocência deles e que vai esperar o pronunciamento da Justiça sobre cada caso. Para ele, ser acusado não significa ser culpado e, por isso, os senadores denunciados são tão legítimos quanto os demais para participarem das atividades da Casa.

– Digo que nenhum senador arrolado pelas duas revistas é



Para Virgílio, “uma nova ética se impõe aos homens públicos e à imprensa”

ilegítimo para julgar vossa excelência – afirmou, dirigindo-se a Renan Calheiros. – Quero apenas que o processo flua sem pressões e que vossa excelência tenha amplo direito de defesa, sem o que não se realiza a democracia. Uma nova ética se impõe a nós, homens públicos e imprensa,

ética da apuração rigorosa, ética do fim da acusação leviana, ética da ampla defesa.

Logo após, o presidente do Senado agradeceu “pela coerência e correção” das palavras de Virgílio e disse que no Senado não existem “senadores de primeira ou de segunda grandeza”.

A matéria da revista *IstoÉ* afirma que o Senado “tem um quinto de seus 81 integrantes com problemas na Justiça” e enumera 16 senadores que, conforme o periódico, “estão envolvidos em casos de desvio de dinheiro público, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, fraudes ou posse de bens adquiridos com dinheiro sem origem declarada”. Já a revista *Época* enumera 19 senadores que “respondem a processos”.

## Cafeteira volta ao Plenário e agradece apoio dos senadores

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) fez ontem o seu primeiro discurso em Plenário após ter ficado internado por quase um mês e haver se submetido a uma cirurgia na semana passada. Ele agradeceu o apoio dos senadores que o visitaram ou lhe telefonaram, ressaltando que esse suporte o ajudou a continuar vivendo.

– Se Deus quiser, estarei aqui até 2015 dando a mão a cada um e dizendo “vamos juntos, solidários; vamos ajudar o Brasil” – afirmou.

Cafeteira disse que está vivendo o sonho de ver os amigos, de ter o respeito de seus pares e de poder ajudar seu estado, o Maranhão, e o Brasil.

– É essa alegria que me faz continuar vivendo. É preciso que tenhamos a paixão pela vida para que possamos ajudar os semelhantes. Nós, senadores da República, temos essa obrigação: mais do que tudo, a luta pelo povo, o desejo de ajudar o semelhante.

Cafeteira foi apartado pelos senadores Valter Pereira (PMDB-



Cafeteira: “Se Deus quiser, estarei aqui até 2015 dando a mão a cada um”

MS), José Sarney (PMDB-AP) e Adelmir Santana (DEM-DF), que lhe deram as boas-vindas de volta à Casa e disseram que todos os senadores se alegraram com seu restabelecimento.

Roosevelt Pinheiro



Segundo Raupp, estudo assegura lisura e seriedade das obras no rio Madeira

## Raupp: preocupações da Bolívia sobre hidrelétricas “não se sustentam”

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem que as preocupações do governo boliviano com os impactos ambientais que possam ser causados pelas obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, “embora sejam legítimas e justificáveis, não se sustentam nos fatos”.

O senador observou que estu-

dos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente constataram que as usinas não causariam impactos ambientais significativos em território boliviano. Ele assinalou que talvez fosse possível considerar algum tipo de impacto se uma terceira usina fosse construída.

– A competência, a excelência

e os critérios rígidos pelos quais o Ibama é famoso, nessa questão de concessão de licenças, atestam a lisura e a seriedade de todo o processo. Ademais, os órgãos ambientais bolivianos ainda não apresentaram relatórios, de natureza técnica, que rebatem as informações contidas nos estudos brasileiros – afirmou.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou discurso feito quando era deputado federal e o governo iniciava negociações com o Paraguai para a construção da Itaipu binacional. Para ele, não é possível investir dinheiro público em países “que não sejam confiáveis, como no caso da Bolívia”.

## Papaléo alerta para falsificação de remédios e alimentos

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou providências do governo federal no combate à comercialização de remédios e alimentos falsificados. Segundo o senador, essa é uma das principais atividades criminosas do mundo moderno, o que vem provocando abalos em dois dos principais pilares da saúde pública: a prevenção e a terapia.

Além de um rigor no controle sanitário pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o senador disse que a população brasileira também precisa lutar contra o hábito “deveras absurdo, porém arraigado” da automedicação. Os medicamentos mais falsificados no Brasil são aqueles destinados a combater a disfunção erétil, seguidos dos remédios para o tratamento do câncer e de infecção pelo vírus HIV, devido ao seu alto custo, afirmou Papaléo, com base em dados da Anvisa.

– Somente em 2007, já foram feitas três apreensões dos medicamentos Viagra, Cialis e Levitra,



Papaléo: crime ainda está longe de acabar, mesmo após ter sido considerado hediondo

drogas para o combate da impotência sexual – destacou.

O senador lembrou que a falsificação de remédios passou a ser considerada crime hediondo. A alteração na legislação foi introduzida em 1998 como resposta à descoberta de uma máfia que falsificava 220 medicamentos vendidos no país. Ele avalia que, passados quase dez anos da mudança, é inegável que a falsificação diminuiu, mas “ainda está longe de acabar”.

## Jucá anuncia sanção a projeto das ZPEs para esta semana

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá sancionar, ainda esta semana, o projeto de lei que cria as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A proposição terá sete ou oito dispositivos vetados, que deverão ser negociados pelo governo federal junto aos parlamentares e motivar a edição de medida provisória (MP) no início de agosto.

Após o anúncio, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou a razão de a edição da MP não coincidir com a sanção ao projeto das ZPEs, segundo teria sido acordado entre lideranças governistas e oposicionistas. Ele ponderou que a negociação dos pontos divergentes com o governo federal poderia ter ocorrido nesses 15 dias após a aprovação da matéria pelo Congresso.

Jucá explicou que o governo



Sugestões dos parlamentares para MP serão levadas em conta, garante Jucá

não conseguiu construir o modelo que irá complementar a estrutura das ZPEs. Assim, optou por recolher as sugestões dos parlamentares sobre o assunto e encaminhá-las até o final de julho ao Ministério da Fazenda, que cuidará da elaboração dessa MP. Ele observou que a proposta poderá não atender a todas as demandas dos parlamentares, mas assegurou

que todas as contribuições serão levadas em consideração.

A sanção ao projeto de lei das ZPEs autoriza o Poder Executivo a criar esses empreendimentos em qualquer lugar do país. Segundo Jucá, alguns senadores já estariam, inclusive, elaborando projetos autorizativos para ZPEs em seus estados. Em Roraima, a primeira será em Boa Vista, “onde há maior oferta de mão-de-obra qualificada e energia elétrica”.

### Definição

As ZPEs são áreas de livre comércio que se destinam à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados, em sua grande maioria, com o exterior. Nelas, as empresas contam com benefícios administrativos, isenções tributárias e liberdade cambial, que proporcionam importante vantagem competitiva para a atividade exportadora.

## Sarney apresenta voto de pesar pela morte de escritor do Amapá

José Sarney (PMDB-AP) defendeu ontem, em Plenário, requerimento de voto de pesar pelo falecimento, no dia 11 de julho, do escritor amapaense Amaury Farias. Além de se dedicar à literatura, Amaury Farias exerceu diversos cargos públicos no Amapá, conforme assinalou Sarney, e atuou como pioneiro na abertura de estradas no estado.

– Tenho o triste dever de lamentar a morte de uma das figuras mais expressivas e importantes do Amapá contemporâneo. Amaury era não só um homem de idéias. Também era reconhecido pelo seu caráter e por sua bravura – declarou.

Como exemplos da obra literária de Amaury Farias, o senador citou *Minha vida política e Ecos*



Amaury Farias foi pioneiro na abertura de estradas no estado, destaca José Sarney

do Amapá. No tocante a sua vida pública, Sarney comentou o envolvimento do escritor com a construção da primeira estrada do Amapá, ligando Macapá a Marzagão, e da BR-156, que vai de Macapá a Oiapoque.

## César Borges teme desinteresse por recuperação de rodovias na Bahia

O senador César Borges (DEM-BA) teme que a decisão do governo federal de recuperar 660 quilômetros de estradas na Bahia (BRs 324 e 116) por meio de concessão em vez de pelo instituto da parceria público-privada (PPP) possa afugentar investidores. A mudança foi motivada, segundo afirmou, pelo desinteresse do governo federal em investir nas obras.

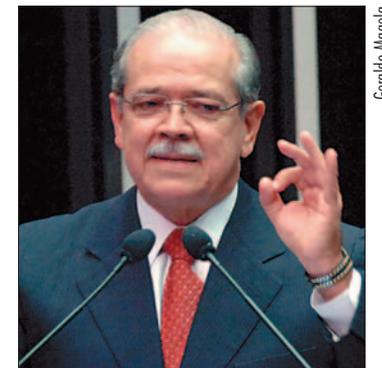
– O próprio ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que “concessão é melhor para o governo porque ele não tem que investir” – comentou.

Conforme o parlamentar, a recuperação da BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana e é a principal rodovia da Bahia, e a

duplicação da BR-116 – conhecida como Rio-Bahia – no trecho entre Feira de Santana e o rio Paraguassu seriam as primeiras obras de infra-estrutura realizadas por meio de PPP.

César Borges informou que o governo federal teria de fazer, nesse sistema, um aporte anual de R\$ 36 milhões nas rodovias e admitir que a empresa escolhida para explorar o pedágio cobrasse R\$ 3,50 a cada 100 quilômetros. Com a mudança para concessão, o ministro Alfredo Nascimento teria assegurado, em telefonema ao senador, que o valor do pedágio seria menor e que os serviços estariam licitados até o final do ano.

– Vamos cobrar o edital das obras e que haja participantes interessados, mas não podemos



“Vamos cobrar o edital das obras e que haja interessados”, assinala César Borges

deixar de dizer que o governo não quer fazer investimentos – declarou o senador.

A precariedade no atendimento de saúde financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na Bahia foi outro assunto abordado por César Borges. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou atenção para o estado de “sucateamento hospitalar que toma conta do país”.